

**DUAS FRONTEIRAS PARA  
CHEGAR À CRIANÇA: reflexões  
impertinentes e necessárias**

**TWO BARRIERS TO GET TO  
CHILD: impertinent and  
necessary reflections**

*Francélio Ângelo de Oliveira (Me.)\**  
*Ana Maria Monte Coelho Frota (Dra.)\*\**



Imperatriz (MA), v. 2, n. 2, p. 47-60, jan./jun. 2020  
ISSN 2675-0805

Recebido em: 05 de fevereiro de 2020  
Aprovado em: 07 de abril de 2020

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo promover uma discussão sobre os temas infância e deficiência enquanto categorias sociais, que afetam a criança de modo a produzir fronteiras entre elas e o mundo. Tais categorias são produzidas historicamente e culturalmente e, como uma amálgama, envolvem a criança afetando sua relação com o mundo, marcadamente centrado no adulto. O estudo tem uma abordagem qualitativa e é de natureza bibliográfica. Como aporte teórico ancorou-se na perspectiva sócio-histórica. Com relação ao estudo da infância, foram utilizados os trabalhos de autores como Sarmento e Gouvea (2008), Arroyo (2008) e Kohan (2007) e, sobre a deficiência, Oliveira (2007) e Skliar (1999). Os resultados apontam que a questão da deficiência associada à infância produz no sujeito o que poderíamos chamar de “dupla camada de exclusão”. A infância é, desse modo, silenciada ou utilizada apenas como um artifício para uma tradução do adulto em relação às experiências concretas da criança. Portanto, a infância atravessada pela deficiência seria uma segunda fronteira até chegar à criança.

**Palavras-chave:** Infância. Deficiência. Exclusão.

## **ABSTRACT**

This article aims to discuss the themes of childhood and disability as social categories, which affect children in order to produce borders between them and the world. Such categories are produced historically and culturally and as an amalgam involve

---

\* Doutorando em Educação - Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Campus Acaraú - Subárea: Currículo e estudos aplicados ao ensino e aprendizagem. E-mail: angelooliveiraee@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8133-7531>.

\*\* Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - Universidade de São Paulo (USP). Professora aposentada da UFC, vinculada ao Núcleo de Linguagem, Desenvolvimento e Educação da Criança (LIDELEC) do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da UFC. E-mail: [anafrota@ufc.br](mailto:anafrota@ufc.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4890-5821>.

children in order to affect their relationship with the markedly adult-centered world. The study has a qualitative approach and it is bibliographical. As a theoretical contribution, it was anchored in the socio-historical perspective. Regarding the study of childhood, we used the work of authors like Sarmento and Gouvea (2008), Arroyo (2008) and Kohan (2007), as well as Oliveira (2007) and Skliar (1999) studies on the deficiency. The results point out that childhood deficiency issue produces in the subject what we can call the “double layer of exclusion”. Childhood is thus silenced or used only as an artifact for an adult's translation in relation to the concrete experiences of children. Therefore, the childhood crossed by the deficiency may be a second border until reaching the child.

**Keywords:** Childhood. Disability. Child.

## 1 Introdução

As concepções sobre a infância são situadas histórica e culturalmente, portanto elas se modificam mediante as condicionantes históricas nos diferentes contextos. Tais concepções interferem diretamente no cuidado e no tratamento dispensado à criança. Assim, a infância surge como categoria socialmente construída como forma de mediação entre o predominante mundo do adulto e a criança.

Enquanto categoria geracional, a infância é produzida mediante a relação com outras categorias, sobretudo em função de um padrão civilizatório que preconiza a imagem da infância referenciada imagetivamente no ideal do adulto. Logo, percebemos que os esforços se voltam para um processo de formação da criança em que sejam construídas as identidades adultas a partir da demarcação das diferenças existentes entre o universo adulto e o universo infantil (SARMENTO; GOUVEA, 2008).

Nesse processo de superação das características da criança rumo à apropriação das qualidades do adulto, criam-se sistemas hierárquicos a partir da estrutura de poder social, referenciados e personificados no padrão de civilidade do adulto. A criança, portanto, é “civilizadamente inferior”, mas germe do adulto civilizado. A infância civilizada passa a ser valorizada como possibilidade do projeto de civilização através do adulto civilizado; e não valorizada em função da própria infância.

A construção da identidade do adulto é estruturada a partir do seu “outro-criança” (SARMENTO; GOUVEA, 2008), pois, ao mesmo tempo em que o nega, afirma-o como objeto de referência em um caminho que se diz evolutivo, à medida que se superam as características desse outro diferente, a partir da apropriação de tal identidade dominante. Essa constituição é oriunda das produções imaginativas e

simbólicas que os sujeitos adultos constroem sobre si, com base na ideia de civilidade socialmente elaborada. Essas categorizações se refletem em:

Mentalidades construídas no processo de configurar-se como civilizados e de projetar-se na infância a ser civilizada. Um complexo dispositivo de processos sociais, que constituem as crianças em suas identidades diferenciadas dos adultos. Os adultos e seus dispositivos constituindo a infância como um outro (SARMENTO; GOUVEA, 2008, p. 124).

A partir da perspectiva histórica e cultural, considera-se que as condições objetivas nas quais se desenvolvem as infâncias não são as mesmas, nem as relações mediadas pela categoria infância. Logo, podemos falar de múltiplas e distintas infâncias, que se configuram de acordo com os condicionantes históricos e norteiam as relações dos adultos no trato e no cuidado com as crianças.

Moriyón (2010), em seus estudos, não visa desconstruir a categoria infância enquanto etapa de vida dos indivíduos. Entretanto, sua crítica, apesar de contundente, se dá pela arbitrariedade com a qual a infância é compreendida, o que leva a criança a ser enquadrada de maneira única e linear. O autor propõe a necessidade de compreensão da infância a partir de outros lugares e da discussão advinda de outras referências conceituais.

Nos últimos anos, algumas áreas do conhecimento, tais como Filosofia, Sociologia, Psicologia e Pedagogia, têm se interessado pelos estudos da criança e da infância. Estes, em sua maioria, são voltados para atender as necessidades do adulto de compreender e lidar com a criança, fazendo delas objeto passivo de suas pesquisas. Essa gama de estudos realizados sobre a criança, e não com ela, abre espaço para a consolidação de inúmeros construtos e verdades que vão se amalgamando, calcificando e regulando as ações ativas dos adultos sobre a criança.

A Pedagogia está entre as áreas do conhecimento que constroem e fazem uso dos diversos saberes e teorias da infância e será o campo de saber sobre o qual nos debruçaremos, uma vez que a educação é nosso escopo de trabalho. A Pedagogia se preocupa com os processos do ensino e da aprendizagem e se ancora em algumas verdades preestabelecidas como forma de garantir êxito na tarefa de escolarizar a criança.

Para Arroyo (2008), como exemplo, “a pedagogia vai ao encontro da infância com seus imaginários e suas verdades. Verdades prévias que condicionam sua experiência, seu pensar e fazer pedagógicos”. No entanto, faz-se necessário considerar lacunas existentes entre essas verdades apropriadas pela Pedagogia e a experiência genuína da criança. Arriscamos dizer que, em muitos casos, realidades e vivências da criança caminham na contramão das verdades narradas sobre elas. Enfatiza o pesquisador: “as verdades prévias com que a pedagogia se aproximou da

Infância alimentaram mais seu pensamento do que a experiência da infância” (ARROYO, 2008, p. 119).

Frente às discrepâncias oriundas dos diferentes modelos de infância socialmente construídos e as reais vivências da criança, criam-se fronteiras que, muitas vezes, toldam os pequenos. Assim, ao que se tem acesso, em muitos casos, é à infância da criança e não à criança da infância. Perdemos a concretude da pessoa-criança. Para Sarmiento e Gouvea (2008), pouco sabemos dos sujeitos reais que a vivem.

Negadas à própria condição de sujeito, as crianças encontram no processo de enquadramento da categoria infância uma forma de personificar-se. Portanto, pode-se pensar numa infância atribuída e autoatribuída, uma vez que a criança enquanto ser, para além da imagem consagrada historicamente, é ativa e produz sentido enquanto sujeito histórico. Contudo, no tocante à manifestação de seus desejos, gostos e autogestão, torna-se relegada e à mercê dos ditames do adulto civilizado (SARMENTO; GOUVEA, 2008).

Se localizamos na categoria infância barreiras para acessar a criança em suas singularidades, tratar da criança com deficiência é falar de um não-sujeito em um não-lugar. Podemos, inclusive, falar da margem da margem, dentro de uma relação de poder que se constrói em uma sociedade adultocêntrica e que se pauta em ideais de normalidade.

Dentro dessa perspectiva em que a infância, enquanto produção histórica e cultural, é utilizada como forma de mediação entre categorias geracionais, a criança com deficiência seria duas vezes negada. Uma, por ser criança; e outra, por desviar-se do padrão de normalidade. Estamos falando de um “outro do outro”<sup>1</sup>, estranho e avesso ao modelo de “vir a ser”<sup>2</sup> imposto à criança em seu processo civilizatório.

Em uma sociedade ligada à produção e ao consumo para a apropriação do capital, esse “vir a ser” da criança está relacionado à formação de um ideal de homem e de mulher que seja capaz de produzir lucro e garantir a manutenção do *status quo*, ou seja, apto a perpetuar a ordem que está posta, de modo a utilizar-se da expropriação do trabalho para o acúmulo do capital.

Assim, a questão da deficiência cria obstáculos para o acesso aos sujeitos que são diluídos, a partir da personificação da deficiência, no instante em que possuem suas singularidades negadas em função do padrão de normalidade e não encontram lugar para o seu pleno desenvolvimento, haja vista que o padrão normativo não os

---

<sup>1</sup> A expressão “outro do outro” é um modo de evidenciar que a criança com deficiência é duas vezes silenciada. Em outras palavras, a criança é o outro do adulto e a criança com deficiência seria o outro daquela dita normal.

<sup>2</sup> Diz do desenvolvimento humano que segue uma proposta evolucionista e que, como tal, segue modelo e passos predeterminados para se chegar ao ideal de adulto bem adaptado socialmente.

contempla em suas peculiaridades, conferindo-lhes o *status* de sujeitos desviantes (FOUCAULT, 2004).

Se a infância obstaculiza o acesso à criança, obscurecendo suas experiências concretas, a deficiência socialmente produzida cria outra barreira que dificulta ainda mais o acesso a esse sujeito. De que modo essas instâncias, infância e deficiência são produzidas na relação com a criança? Como essas categorias norteiam a relação do adulto com a criança com deficiência? Quais os impactos dessas concepções na vida da criança com deficiência?

No presente texto, estamos certos de que não responderemos a todas essas indagações, sobretudo porque precisaríamos recorrer inicialmente à própria criança. Para que, a partir desse lugar, ela pudesse fazer uso de sua voz e expressar seus sentimentos, temores e angústias. Desse modo, apontaremos neste artigo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, como as categorias infância e deficiência são construídas e atuam sobre os corpos das crianças com deficiência, potencializando a precarização já discutida por alguns autores como Arroyo e Silva (2012).

Assim, nossa intenção é tecer elementos que favoreçam uma discussão acerca da emergência de barreiras impostas às crianças com deficiência, construindo uma reflexão introdutória sobre as concepções de infância e deficiência.

## **2 Infância como categoria histórica e cultural: implicações nas experiências concretas da criança**

As concepções de infância são historicamente construídas e se inscrevem diferentemente nas imagens sociais através de sistemas estruturados de crenças, valores, costumes, teorias e ideias manifestas em diferentes épocas, ratificadas e difundidas pelos diversos aparelhos ideológicos, tais como igrejas, escolas, organismos, instituições e, mais recentemente, as diferentes mídias.

Dentre as diversas construções de infância, podemos destacar aquela que afeta a vida das crianças e rege a relação adulto-criança, a partir de uma visão *adultocêntrica* que as invisibiliza enquanto sujeitos potentes e busca suplantá-las suas características como produtores de cultura e detentores de uma forma peculiar de compreender e se relacionar com o mundo. Falamos de uma infância que considera a criança como um vir a ser ou um ser incompleto. Como poderia um ser que ainda não é em si mesmo protagonizar seus processos? Justifica-se, desse modo, a relação de controle, dominação e invisibilidade até que se supere esse processo, através da passagem da infância para a fase adulta, pois, como afirma Descartes (1987), a infância é a própria condição humana de irracionalidade. E continua Descartes (1987, p. 18):

E assim ainda pensei que, como todos nós fomos crianças antes de sermos homens, e como nos foi preciso por muito tempo sermos governados por nossos apetites e nossos preceptores, que eram amiúde contrários uns aos outros, e que, nem uns nem outros, nem sempre nos aconselhassem o melhor, é quase impossível que nossos juízos sejam tão puros ou tão sólidos como seriam se tivéssemos o uso inteiro de nossa razão desde o nascimento e se não tivéssemos sido guiados senão por ela.

Dentro dessa perspectiva, a “morte da criança” significa o nascimento do adulto. Numa dinâmica de oposição, na medida em que as características da criança cedem lugar às características do adulto, por meio do processo civilizatório, o sujeito vai aparecendo, identificando-se e se revestindo do poder que é conferido ao adulto civilizado. A “morte da criança” é, portanto, uma condição para a conquista e a apropriação de um lugar donde se é ouvido. Assim,

[...] a criança é considerada como o não-adulto e este olhar adultocêntrico sobre a infância registra especialmente a ausência, a incompletude ou a negação das características de um ser humano incompleto. A infância, como a idade do não, está inscrita desde o étimo da palavra latina que designa esta geração: in-fans o que não fala (SARMENTO, 2007, p. 33).

O conjunto de saberes, historicamente validados e acumulados, é produzido a partir de uma ótica *adultocêntrica*, na qual se determina o padrão normativo de infância e a quem essas determinações devem servir. Logo, os saberes, as representações simbólicas e a cultura produzidos sobre a infância distam do conhecimento que se tem da própria criança, e os interesses oriundos dessas produções são, muitas vezes, antagônicos aos da criança (SARMENTO; GOUVEA, 2008).

Partindo dessa perspectiva, em que as concepções de infância são sujeitas a condicionantes históricas e que sofrem modificações frente aos contextos culturais e às condições objetivas em que ocorrem, Sarmiento (2007, p. 28) indaga: “se as concepções de infância podem existir, modificar-se, se elas são uma construção histórica, e não decorrem de uma natureza auto evidente, o que é que está na origem dessas concepções?”

Em estudos sobre o tema da infância, percebemos que a compreensão e a consciência do que seja esse momento da vida têm se alterado profundamente com a historiografia. A emergência do capitalismo, o pensamento teocêntrico e o racionalismo, assegura Sarmiento (2007), foram determinantes para cristalizar a infância como um tempo humano caracterizado pela falta, pela incompletude e pela concepção do vir a ser. Desse modo, a cultura ocidental moldou a criança a partir da ideia de uma natureza universal de infância. Mas será que é assim mesmo?

No que concerne ao aspecto filosófico, encontramos em Deleuze e Guatarri (1997) categorias que nos auxiliam a pensar a infância para além de um vir a ser. Na percepção dos autores, há duas grandes perspectivas de infância. A primeira, que é prevalente, diz respeito a sequências cronológicas e contínuas de periodizações subsequentes do desenvolvimento. Desde Platão, essa perspectiva vem conduzindo a uma educação pautada em modelos. Esse referencial de infância prevê etapas sucessivas para o seu desenvolvimento, sendo uma narrativa hegemônica, adotada por dispositivos consagrados pelo Estado, na forma de leis, políticas públicas, orientações, parâmetros e referenciais.

Já a segunda perspectiva apresenta uma infância que repousa sobre um outro lugar-tempo e, por isso, se constitui minoria. É a infância que subverte a regra, que rompe com o paradigma normativada evolução e, por isso, se constrói como resistência, desobediência, (re)criação. Esta infância segue na contramão da narrativa hegemônica e por esse motivo afronta, incomoda e questiona os padrões normativos totalizantes. É a infância enquanto potência, que experimenta outras regiões em oposição ao (pre)destinado. Um movimento de recusa ao lugar previamente condicionado, para aventurar-se no desconhecido e inusitado.

Voltando ao questionamento realizado por Sarmiento (2007), continuamos a indagar: A serviço de quem estariam tais concepções de infância? Desnaturalizar a infância e compreender o contexto histórico no qual essa categoria foi produzida parecem ser o ponto de partida para compreender esse processo de atribuição e autoatribuição da infância.

A desnaturalização da infância seria desvinculá-la de uma perspectiva essencialista, de uma infância natural ou colada ao indivíduo, que se manifesta ao longo de sua vida, sem uma relação com o meio no qual está inserido ou as condições objetivas nas quais se passa essa infância. Tal forma de conceber a infância projeta no sujeito a responsabilidade pelo seu curso de vida e pelo modo como essa infância se desdobra em sua existência.

Assim, compreender o contexto histórico se apresenta como condição *sine qua non*. Entender a infância e suas implicações nas experiências concretas das crianças pressupõe entendermos o tempo e o lugar em que ocorre essa infância, uma vez que a criança sintetiza as múltiplas determinações oriundas do momento histórico e das condições objetivas do lugar onde ocorrem tais experiências.

[...] a criação de sucessivas representações das crianças ao longo da história produziu um efeito de invisibilização da realidade social da infância e se estruturou segundo princípios de redução da complexidade, de abstratização das realidades e de interpretação para fins normativos da criança “ideal” (SARMENTO, 2007, p. 29).

Não haveríamos de negar o protagonismo da criança no viver de suas experiências concretas. Ainda que negada e subjugada às imposições do universo adultocêntrico, a criança é sujeito histórico e, enquanto tal, capaz de transformar, ao seu modo, a sua realidade e construí-la de modo dialético. Assim, o não-sujeito se afirma na própria negação de sua essência e aparece em meio à invisibilidade à qual fora submetido. Ou seja, mesmo ocultada por uma infância construída externa a si mesma, a criança resiste a partir de suas experiências concretas e de seu modo singular de ser e estar no mundo. A esse respeito, Victor (2012, p. 28) nos mostra que:

Para além de mera constituição de fatores biológicos, a infância é histórica. O seu processo de construção se caracteriza pela tensão e contradição interna. A historicidade da infância continua em processo de construção não por conta somente da entrada e saída dos seus atores, trazendo perspectivas de gerações diferenciadas, mas, principalmente, por conta da conjugação dos fatores internos e externos que a constroem e as dimensões de que se compõem, as quais não ocorrem sempre no mesmo sentido, trazendo um deslocamento do peso de suas variáveis continuamente, implicando mudanças.

Ao considerar um olhar filosófico, Kohan (2007), ancorado em Deleuze e Gattarri (1997), apresenta uma compreensão de devir-criança como a potência do agora, que rompe com as imposições normativas do presente histórico, em que, mesmo ocorrendo em um dado contexto, supera suas possibilidades. É a própria experiência vivida em um percurso do tempo que promove rupturas nesse momento em que ocorre, sendo constituído e constituinte desse tempo. A história, portanto, não é uma experiência em si. É, pois, “o conjunto de condições de uma experiência e de um acontecimento que tem lugar fora da história” (KOHAN, 2007, p. 92).

Superando a infância como uma categoria unicamente cronológica, Kohan (2007) apresenta a reflexão de que a infância se revela a partir da própria experiência, o que nos leva a olhar além de uma realidade temporal, evidenciando, sobretudo, o experimental.

Ao recorrer ao grego antigo, podemos falar de duas perspectivas de tempo: *o chrónos* e *o aion*. A primeira forma de compreender e de se relacionar com o tempo remete a uma contagem sucessiva e contínua que se ancora nas ideias de presente, passado e futuro. Ou seja, o tempo seria o movimento resultante dessa relação entre o que se sucedera, o que está por vir e o limite entre o que foi e o que será enquanto configuração do presente (KOHAN, 2007).

Já o tempo *aion* designa o tempo do acontecimento, da experiência, daquilo que não é quantificável, em que se rompe com a ideia do que virá, assim como do que passou, através da experiência plena do instante do acontecimento. É a construção experiencial alicerçada no momento histórico em que tempo e lugar se cruzam, mas

não se confundem; tocam-se, mas não se absorvem; atravessam-se, mas não se desfazem (KOHAN, 2007).

Assim, para que se torne possível apreender as múltiplas concepções de infância, torna-se imprescindível considerar a heterogeneidade dos fatores que as promovem, que se assentam em determinados contextos espaço-temporais. Compreender as diversas formas de conceber a infância implica refletir sobre relações de poder e o cenário social que se traduz imagetivamente em tipos específicos de infâncias.

A seguir, discutiremos outra barreira que se interpõe no percurso experiencial da criança que, tal qual uma cortina ou uma terceira pele, recobre e obscurece a concretude do ser criança.

### **3 A infância atravessada pela deficiência**

Ao destacar a carga de negatividade na constituição da categoria infância, Sarmiento (2005) salienta que, ancorado nas impossibilidades da criança, em suas ausências e incompetências em relação aos atributos do adulto civilizado, justifica-se o processo de diferenciação negativa dos infantes e a segregação das tomadas de decisões e demais processos sociais, pois:

Há uma negatividade constituinte da infância, que, em larga medida, sumariza esse processo de distinção, separação e exclusão do mundo social. A própria etimologia encarrega-se de estabelecer essa negatividade: *infância* é a idade do não-falante, o que transporta simbolicamente o lugar do detentor do discurso inarticulado, desarranjado ou ilegítimo; o *aluno* é o sem-luz; *criança* é quem está em processo de criação, de dependência, de trânsito para outro lugar (SARMENTO, 2005, p. 368, grifo nosso).

Refletir sobre a condição de negação da criança é compreender uma infância construída pelo adulto, que visa neutralizar suas possibilidades em função de um modelo civilizatório que perpetua essa relação de poder. Pensar na infância atravessada pela deficiência é acentuar essa condição de anulação do sujeito e manter esse *status* de dominação que acompanhará o indivíduo ao longo de sua existência.

De acordo com as pesquisas realizadas por Plaisance (2005), no tocante à criança com deficiência, o destaque tem recaído, prioritariamente, sobre a deficiência, obscurecendo ainda mais a própria criança. Por essa razão, conhecemos muito pouco sobre essa criança, ficando os estudos mais restritos ao conhecimento das patologias e aos estigmas oriundos da deficiência (SARMENTO, 2005).

Se as concepções de infância são condicionadas por múltiplas determinações históricas e culturais e sofrem mudanças conjunturais no interior desses

acontecimentos que compõem o que podemos chamar de micro e macro história, as concepções de infância atravessada pela deficiência também se modificam ao longo dos anos.

Essas concepções norteiam os diferentes tratamentos dispensados às crianças com deficiência, que, de acordo com Oliveira (2007) e Skliar (1999), vão desde a eliminação, passando pelo extremo da superproteção, até a atual ideia de inclusão. Tais iniciativas são ancoradas em fundamentos científicos, religiosos e no senso comum. Porém, em todos os casos, estão vinculadas às circunstâncias históricas que congregam elementos políticos, econômicos, filosóficos e sociais.

Oliveira (2007) aponta similitudes entre os conceitos de criança, infância e deficiência, uma vez que são construtos oriundos de visões externas aos sujeitos a quem são atribuídos, na tentativa de generalizar atributos e características, reduzindo o singular em função do universal. Ligadas a tais conceitos estão as ideias de inferioridade, incompetência e ausência, que acabam por demarcar o lugar de subalternidade a que são submetidas as crianças na sociedade e, com maior ênfase, a criança com deficiência, pois:

Percebe-se que, atrelados aos conceitos de criança e deficiência, foram construídas idéias ligadas a uma condição de inferioridade e futilidade antagônica ao ideal de homem desejado. Desse modo, o não pertencimento a uma categoria social plena de direitos reflete a forma como a sociedade lidou, ou ainda lida com as questões referentes à criança e à pessoa com deficiência. Diante disso, nota-se que as crianças e, principalmente, as crianças com deficiência foram historicamente pensadas como integrantes de um mundo que se desenvolve à parte do mundo adulto e das pessoas sem deficiência (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

Ao buscar a origem das produções do conceito de deficiência, percebemos que ele se assenta em estereótipos e ideias preconcebidas, fortemente influenciadas por padrões de “normalidade”. Pouco se busca conhecer o sujeito que é marcado pelo estigma da deficiência, haja vista que ele se encontra obscurecido pela marca social da deficiência. Magalhães (2003, p. 23) aponta que “os estereótipos servem para simplificar a realidade, que termina por ser indevidamente generalizada. Tendem à rigidez e servem como orientadores de nossas ações em relação a pessoas rotuladas como deficientes”.

Ainda sob os olhares uniformizadores que massificam os sujeitos, diluindo suas subjetividades, é relevante desconstruir a ideia de que todas as crianças são iguais, de que a infância é uma categoria única e de que as deficiências produzem o mesmo efeito nos indivíduos.

Há que se considerar o lugar de onde se traduz criança, bem como as condições objetivas em que ocorrem as experiências concretas dessa criança. O lugar de onde se

realiza a leitura da criança diz respeito ao contexto em que essa imagem é construída, que perspectiva tem esse adulto em relação à criança, como ocorrem as relações de poder na díade criança-adulto.

As condições objetivas nas quais ocorrem as experiências concretas da criança se remetem ao conjunto das oportunidades ofertadas a ela, aos espaços interativos, sociais e afetivos que são oferecidos, aos cuidados dispensados, às condições básicas de saúde, alimentação, educação, segurança e, sobretudo, à autonomia que lhe é garantida para a vivência de todos esses espaços.

A infância da criança que apresenta algum tipo de deficiência muitas vezes é permeada por privações e enclausuramento no seio familiar e/ou nas instituições especializadas, nas quais são tuteladas e submetidas a internações e a duros processos de “normalização” até que se assemelhem ao padrão de normalidade, ao ponto em que possam se inserir, com restrições, em alguns espaços sociais (OLIVEIRA, 2007).

Na visão de Oliveira (2007), infância e deficiência promovem as mesmas consequências na vida da criança, pois ambos os mecanismos lhe tiram a possibilidade de protagonizar suas próprias experiências. Comungamos com a ideia do autor de que ambas as categorias sociais subjagam o sujeito a uma lógica adultocêntrica e normalizadora. Entretanto, sem a pretensão de hierarquizar o grau de opressão que tais categorias provocam na vida do sujeito, consideramos a deficiência uma questão a mais na suplantação da autonomia do sujeito e de negação de sua forma de ser e estar no mundo.

#### **4 Considerações finais**

Retomando o objetivo de investigar a emergência de barreiras impostas às crianças com deficiência mediante discussão sobre as concepções de infância e deficiência, podemos refletir sobre as bases de uma sociedade erguida sobre um modelo opressor, em que as diferenças que compõem a heterogeneidade do tecido social são transformadas em desigualdades, a partir de um processo de dominação do homem pelo próprio homem. Esse domínio é fundamentado em diversas ideologias, que buscam justificar as diferentes formas de controle e subjugação.

De acordo com Marilena Chauí (2008), as ideologias são mecanismos difíceis de serem superados, pois sua função é ocultar as diferentes formas de dominação, justificando-as, naturalizando-as, de modo a garantir a aceitação do *statusquo*. Visa, portanto, neutralizar possíveis questionamentos, levando os indivíduos a lidarem com a situação de controle de maneira mais passiva. “Porém, o que faz da ideologia

uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar” (CHAUI, 2008, p. 46).

As ideologias são, portanto, produzidas para conduzirem os indivíduos a pensarem que as condições às quais foram submetidos, por mais injustas que pareçam, existem por si mesmas, que são naturais ou, até mesmo, dirigidas por uma realidade metafísica. Assim, como a estrutura para análise da realidade parte de uma visão imediata, e muitas vezes deslocada, de um complexo mais abrangente, alienam-se e cristalizam tais “verdades” como se fossem absolutas.

A ideologia de pensarmos em uma infância única mascara as condições objetivas, a historicidade e a cultura em que ocorre essa vivência. A compreensão de que a infância é um tempo de vir a ser e, como tal, um tempo de incompletude e falta, também oculta uma tentativa de tirar a potência da criança e reforça a hegemonia do adultocentrismo. Tais sofismas lançam no sujeito a responsabilidade por sua inserção nos diferentes espaços sociais, quando estes não foram produzidos para todos. Em outras palavras, projetam no indivíduo a culpa pelos seus fracassos, mesmo quando esses fracassos são estruturantes para a manutenção de um sistema injusto e desigual.

De igual modo, refletir sobre a deficiência é trazer à baila as condições objetivas nas quais ocorrem as vivências desse sujeito. Poder-se-ia falar de um conceito social de deficiência em que o ambiente determina o processo de autonomia e independência do sujeito ou, de modo contraproducente, retira-lhe as possibilidades de desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva social de deficiência, podemos compreender que um ambiente acessível, por exemplo, pode oportunizar à pessoa o usufruto de todas as possibilidades que um determinado espaço social oferece.

Entretanto, vivemos em uma sociedade idealizada para um padrão de ser humano em que os espaços sociais promovem limitações, deficiências e opressões. A estrutura social hegemônica é elaborada para o domínio do adulto, que tem como características predominantes: ser homem, branco, heterossexual, sem deficiência. Esses atributos que compõem a identidade dominante na sociedade hodierna são originários em uma relação com o seu outro diferente. No entanto, esse outro “diferente” é subjugado, oprimido e marginalizado em meio a uma relação de forças injustas e desiguais.

A questão da deficiência associada à infância, portanto, produz no sujeito uma espécie de “dupla camada de exclusão”. Estaríamos então falando da margem da margem ou de uma exclusão no interior de outra exclusão. Sendo a infância silenciada ou apenas utilizada como um artifício para uma tradução do adulto em relação às

experiências concretas da criança. A infância atravessada pela deficiência seria uma segunda fronteira até chegar à criança. Em outras palavras, seriam dois atravessamentos que ocultam a subjetividade e o protagonismo da criança.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. A infância interroga a pedagogia. *In*: SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. (org.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 119-140.

ARROYO, M. G.; SILVA, M. R. (org.). **Corpo infância**: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 2004.

KOHAN, W. O. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAGALHÃES, R. C. B. P. (org.). **Reflexões sobre a diferença**: uma introdução à educação especial. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. Coleção Magister.

MORIYÓN, F. G. A infância, um território fronteiriço. *In*: KOHAN, W. O. (org.). **Devir-criança da filosofia**: infância da educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 141-151.

OLIVEIRA, R. I. **Inclusão na educação infantil**: infância, formação de professores e mediação pedagógica na brincadeira da criança. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

PLAISANCE, E. Denominações da infância: do anormal ao deficiente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 405-417, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a06v2691.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. *In*: VASCONCELOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (org.). **Infância (in)visível**. Araraquara: J&M Martins, 2007. p. 25-46.

SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S. (org.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

SKLIAR, C. **Educação e exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1999.

VICTOR, S. L. A criança com deficiência: um estudo sobre a infância, cultura, inclusão e subjetividade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., 2012, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2012.